



RELATÓRIO ESPECIAL

A política dos Estados Unidos em relação a Cuba e as eleições presidenciais

Miami, outubro 2016

d+i desenvolvendo ideias

LLORENTE & CUENCA



1. 1. A MUDANÇA DE OBAMA NA POLÍTICA EM RELAÇÃO A CUBA
2. 2. MUDANÇAS REGULATÓRIAS
3. 3. POLÍTICA DOS EUA COM CLINTON OU TRUMP

AUTORES

1. A MUDANÇA DE OBAMA NA POLÍTICA EM RELAÇÃO A CUBA

O anúncio simultâneo realizado em 17 de dezembro de 2014 pelos presidentes do Estados Unidos e de Cuba, no qual comunicavam a intenção de iniciar negociações formais para normalizar a relação entre os dois países, foi praticamente uma surpresa para o mundo. De fato, muitos analistas de política cubana nos Estados Unidos haviam praticamente abandonado a esperança de que o presidente Obama utilizasse os dois anos de mandato que lhe restavam para impulsionar qualquer forma de entendimento com Cuba, pois estavam convencidos de que, mais uma vez, as questões internas haviam prevalecido sobre os assuntos relacionados à política externa dos EUA.

Não obstante, pesquisas realizadas nos Estados Unidos dias, semanas e meses após o anúncio detectaram um apoio majoritário à decisão do presidente Obama de mudar a direção da relação diplomática e comercial dos Estados Unidos com Cuba. A maior parte da comunidade cubano-americana residente no sul da Flórida – que durante muitos anos defendera e compartilhara um enfoque estrito em relação a Cuba – respondeu à notícia favoravelmente, para não dizer com entusiasmo. Frustrados com a conduta anterior – remanescente da Guerra Fria, quando Cuba se alinhou totalmente com a União Soviética –, que pouco contribuíra para expulsar do poder ou mudar radicalmente a orientação ideológica dos líderes cubanos, ao mesmo tempo em que fracassava em melhorar a vida dos cidadãos da ilha, muitos cubano-americanos –especialmente os que haviam chegado aos EUA durante os últimos 20 anos – também acreditavam que chegara o momento de reconhecer a necessidade de uma nova abordagem da relação entre EUA e Cuba.

Em Cuba, a notícia foi bem acolhida pela imensa maioria da população, que atribui grande parte dos problemas da ilha às sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos. Tais sanções – conhecidas corriqueiramente como o “embargo” ou, para usar os termos do Governo cubano, o “bloqueio” –, entre outras restrições, proíbem Cuba de estabelecer uma relação comercial bilateral normal com os Estados Unidos, que, em outras circunstâncias, seria seu maior sócio comercial potencial, por estar situado a apenas 145 km de distância.

“É notável o quanto se conquistou em menos de dois anos”

Desde o anúncio inesperado, ambos os governos restabeleceram as relações diplomáticas, que haviam cessado em 1961; transformaram suas sessões de interesse nas capitais em embaixadas e assinaram uma série de acordos que, entre outras consequências, estabeleceram o serviço aéreo comercial regular entre os dois países (com até 110 voos diários autorizados), permitiram a entrega direta de correspondência e fomentaram a cooperação na área de aplicação de leis e proteção ao meio ambiente.

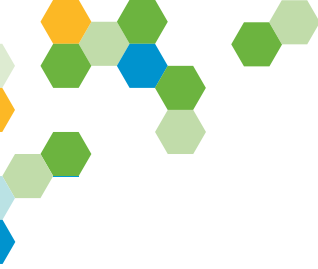
O nível de interesse de ambos os governos em dar continuidade aos compromissos de entendimento não tem precedentes. Este mês, a esposa do vice-presidente Joe Biden, a Dra. Jill Biden, visitou Havana e a província de Camagüey. Antes dessa viagem, Cuba recebeu seis secretários de Estado e viajaram a Washington vários ministros cubanos. Estão previstas mais visitas desse tipo antes do fim do mandato do presidente Obama, no final de janeiro de 2017.

Sem dúvida, algumas áreas de negociação são complexas e estão longe de terem sido solucionadas. Uma delas são as críticas dos EUA na área de direitos humanos em Cuba, às quais o governo cubano responde com desaprovação à condição das minorias e das mulheres nos Estados Unidos. Outra área sensível inclui as reivindicações

de cidadãos norte-americanos – indivíduos e empresas – contra o governo cubano relacionadas à desapropriação de bens durante os primeiros anos da revolução. O governo cubano, por sua vez, apresentou queixas por danos (da ordem de várias centenas de bilhões de dólares) relacionados, entre outras questões, ao embargo promovido pelos EUA.

Não obstante, levando em conta a hostilidade aberta que caracterizou a relação entre Estados Unidos e Cuba durante mais de meio século, é notável o quanto se conquistou em menos de dois anos. Não há dúvida alguma de que a força propulsora desse processo – no mínimo, do lado dos Estados Unidos – é a determinação, por parte do presidente Obama, de transformar a aproximação entre as nações em uma parte importante de seu legado. Um sinal claro foi a decisão de se reunir formalmente com o presidente Raul Castro na VII Cúpula das Américas na Cidade do Panamá em abril de 2015 e, obviamente, a viagem a Havana – com esposa e filhas – quase um ano depois, na primeira visita a Cuba em quase 90 anos de um presidente norte-americano em exercício.

As opiniões do presidente Obama baseiam-se firmemente em sua convicção e no reconhecimento de que tanto o embargo, como, de modo mais amplo, uma política destinada a isolar



“As mudanças de regras mais recentes permitiram a empresas dos Estados Unidos participar de negócios com o governo cubano a fim de desenvolver, reparar, conservar e melhorar a infraestrutura”

Cuba econômica e politicamente não cumpriu os objetivos dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que isolou o país no continente americano, no mínimo em termos diplomáticos. Após a reeleição, em 2012, ele sentiu que dispunha de liberdade adicional para adotar uma abordagem política em relação a Cuba que envolvia menos riscos, ao menos em termos eleitorais.

Apesar de a mudança promovida pelo presidente Obama em relação a Cuba ter sido criticada por congressistas influentes (em especial, mas não exclusivamente, do Partido Republicano, que durante muitos anos defendeu a manutenção das rigorosas sanções econômicas contra o governo socialista de Cuba), até o presente o Congresso não conseguiu aprovar nenhum decreto legislativo para revogar as ações presidenciais. Por outro lado, apesar dos reiterados apelos de Obama, o legislativo norte-americano não conseguiu revogar nenhuma parte do embargo determinado pelas leis norte-americanas, e que somente essa instância pode modificar – por exemplo, permitir a residentes dos EUA viajar a turismo para a ilha.

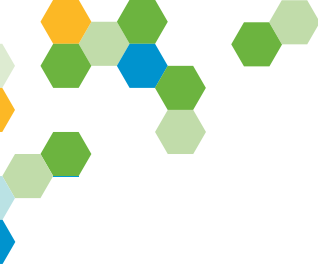
2. MUDANÇAS REGULATÓRIAS

Apesar da falta de ação do Congresso em relação a Cuba, o presidente exerceu sua autoridade executiva em seis diferentes ocasiões desde janeiro de

2015 para modificar a legislação existente ou promulgar outras leis a fim de permitir e facilitar os deslocamentos, permitindo viagens em busca de novas oportunidades de negócio. Foi eliminado o requisito pelo qual as denominadas “visitas pessoais” só podiam ser realizadas em grupos organizados.

Entre diversas alterações, as mudanças agora permitem às empresas norte-americanas exportar bens a Cuba e a intervir em negócios que facilitem a comunicação entre os cubanos. As companhias autorizadas a realizar negócios no país podem instalar lá escritórios de representação. Para facilitar os deslocamentos e o comércio, permitiu-se as viagens de navios de passageiros, e os bancos norte-americanos podem estabelecer alguns serviços relacionados a crédito por meio de terceiros. Além disso, cidadãos norte-americanos podem usar cartões de crédito em Cuba para realizar transações autorizadas.

As mudanças de regras mais recentes, anunciadas em 14 de outubro de 2016, permitiram a empresas dos Estados Unidos participar de negócios com o governo cubano a fim de desenvolver, reparar, conservar e melhorar a infraestrutura que “beneficie a população cubana”. Também foi autorizada a participação em projetos conjuntos de pesquisa médica com cidadãos cubanos com fins acadêmicos e comerciais.



“O presidente Obama emitiu uma Diretiva Política Presidencial que explica a abordagem de sua administração acerca das relações entre Estados Unidos e Cuba”

Foi suspensa a restrição previamente existente que proibia que navios estrangeiros atracassem em um porto dos Estados Unidos para carregar ou descarregar mercadorias durante um período de 180 dias após ter aportado em um porto cubano com fins comerciais.

Esse conjunto de modificações permite que produtos farmacêuticos de origem cubana obtenham aprovação do governo dos Estados Unidos para importação e venda no país. Trata-se de uma questão importante, posto que as alterações regulatórias anteriores somente permitiam a importação de determinados bens e serviços fabricados e prestados pelo setor estatal ou privado de Cuba, que registrou um rápido crescimento nos últimos cinco anos.

A mudança da política promovida pelo presidente Obama e as mudanças regulatórias resultaram em um aumento de quase 80% no número de pessoas que viajaram dos Estados Unidos a Cuba em 2015 em comparação com 2014, sem contar os cubano-americanos que visitavam familiares. Muitos CEOs e outros representantes de empresas com sede em Estados Unidos, assim como consultores, advogados e empreendedores viajaram a Cuba para obter informações mais detalhadas acerca dos negócios potenciais que poderiam realizar no âmbito do atual marco legal dos Estados Unidos. Espera-se

que tais viagens de negócios aumentem, porque as mudanças regulatórias anunciadas em 14 de outubro também permitem que as empresas celebrem contratos que atualmente não estão autorizados pelo embargo, dependem de sua anulação.

Ao mesmo tempo em que era anunciado o último pacote de mudanças regulatórias, o presidente Obama emitiu uma Diretiva Política Presidencial que explica a abordagem de sua administração acerca das relações entre Estados Unidos e Cuba. Ainda que reconheça o fato de que o embargo se interpõe no caminho de uma relação comercial muito mais sólida com o país, o anúncio público articulou sua justificativa para as políticas que vem adotando desde dezembro de 2014: tornar a “abertura dos Estados Unidos em relação a Cuba irreversível”.

3. POLÍTICA DOS EUA COM CLINTON OU TRUMP

Apesar das intenções do presidente Obama e do trabalho realizado até a presente data por sua administração, a ausência de iniciativas do Congresso para por fim ao embargo faz com que qualquer avanço futuro no campo da normalização das relações entre os dois países dependa necessariamente das ações e prioridades do próximo presidente dos Estados Unidos, a ser eleito em 8 de novembro de 2016, com início

“Ainda que os eleitores cubano-americanos representem uma pequena porcentagem dos eleitores da Flórida, suas opiniões sobre a política dos Estados Unidos em relação a Cuba são importantes”

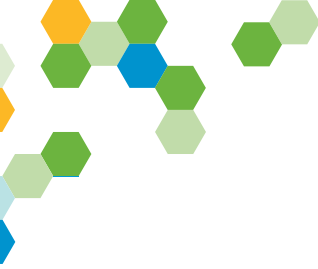
de mandato em 20 de janeiro de 2017. Até pouco tempo, parecia que tanto Hillary Clinton, a candidata do Partido Democrata, como Donald Trump, candidato do Partido Republicano, apoiavam a decisão geral do presidente Obama de estabelecer relações diplomáticas e comerciais com Cuba. No entanto, esse não é o caso no momento, devido, em grande parte, à decisão desse último de obter o apoio da comunidade cubano americana favorável à manutenção do embargo estabelecida no sul da Flórida.

Os cubano americanos representam apenas uma pequena parte do eleitorado dos Estados Unidos, mas tradicionalmente exercem grande influência no desenho e na implementação da política dos Estados Unidos em relação a Cuba. Isso tem origem em um fato em geral desconhecido para pessoas fora dos Estados Unidos: naquele país, os presidentes não são eleitos diretamente pelos cidadãos. São eleitos por pessoas que integram o colégio eleitoral, eleito pelos votantes de cada Estado. Em praticamente todos os casos, o candidato que obtém o voto mais popular em um determinado Estado ganha *todos* os votos do colégio eleitoral nesse estado.

Ainda que os eleitores cubano-americanos representem uma pequena porcentagem dos eleitores da Flórida, suas opiniões sobre a política dos Estados Unidos em relação a Cuba são

importantes por dois motivos. Em primeiro lugar, a contagem de votos do colégio eleitoral da Flórida é uma das mais altas do país: atualmente, está empatada com Nova York no terceiro lugar, depois da Califórnia e do Texas. Em segundo lugar, durante muitos anos o estado da Flórida tem sido considerado um “campo de batalha”, já que tanto o candidato do Partido Democrata como o do Partido Republicano têm possibilidades razoáveis de ganhar lá. Isso contrasta com os estados onde, independentemente do tamanho, espera-se que um dos dois partidos ganhe com facilidade. Como consequência, as opiniões dos eleitores dos estados considerados “campos de batalha”, em especial os estados grandes, tendem a ser muito mais relevantes que as opiniões da população dos estados fieis ao Partido Democrata ou ao Partido Republicano. Portanto, um bloco de votos claramente identificável com uma questão ou posição concreta em um estado como a Flórida, ainda que seu número seja relativamente pequeno, receberá muita atenção.

A melhor prova desse fato é o que aconteceu durante as eleições presidenciais de 2000, que deu a George W. Bush a vitória oficial no estado da Flórida por apenas 537 votos de diferença. Um dos principais motivos de sua vitória, sem entrar nos meandros das irregularidades, dos problemas enfrentados pelos eleitores e daqueles relaciona-



“Clinton comprometeu-se que, como presidente, trabalharia com o Congresso para dar fim ao embargo”

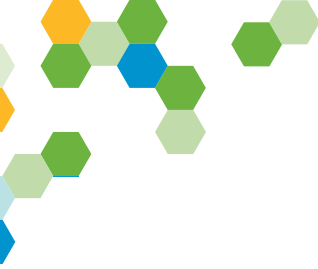
dos às urnas eletrônicas, é que um grande número de eleitores cubano americanos compareceram às urnas para votar contra Al Gore, o vice-presidente de Bill Clinton, como protesto contra o apoio da gestão Clinton a favor da volta de Elián González para sua família em Cuba. Calcula-se que enquanto o presidente Clinton obteve aproximadamente 35% dos votos cubano americanos em 1996, Al Gore obteve cerca de 20% deles em 2000.

Apesar disso, como foi mencionado anteriormente, as mudanças demográficas ocorridas na comunidade cubano americana da Flórida desde 2000 favorecem uma maior flexibilidade para os presidentes dos Estados Unidos formularem políticas em relação a Cuba.

Hillary Clinton, em seu livro *Escolhas difíceis*, publicado em junho de 2014, escreveu que no fim de seu mandato como secretária de Estado, “recomendou ao presidente Obama que analisasse novamente o embargo”, pois os objetivos dos Estados Unidos não estavam sendo atingidos e registrava-se um impacto negativo nas relações com o restante da América Latina. Foi uma declaração ousada, considerando que, ainda que não publicamente, ela já cogitava apresentar-se como candidata à Presidência, e a opinião geralmente aceita naquele momento era de havia poucas vantagens – ao contrário, havia

mais desvantagens – no posicionamento político a favor do entendimento com Cuba.

As primeiras declarações detalhadas de Clinton sobre sua opinião em relação a Cuba após a mudança política promovida pelo presidente Obama ocorreram em julho de 2015, na Universidade Internacional da Flórida em Miami. Durante uma conferência, ela explicitou seu apoio firme à proposta do presidente Obama, sinalizando sua aprovação em relação “aos passos históricos [que ele e o secretário de Estado John Kerry haviam realizado], como o reestabelecimento das relações diplomáticas, a reabertura da embaixada em Havana, a ampliação das possibilidades de viagem e comércio, convocando o Congresso para finalmente extinguir o embargo”. Prosseguindo, enfatizou que o “último passo em relação ao embargo é fundamental, pois, se não for extinto, esse avanço poderia falhar”. Fez um apelo específico aos líderes republicanos no Congresso para que “dessem um passo adiante e respondessem às petições do povo cubano”, que “em sua grande maioria... deseja uma relação mais próxima” com os Estados Unidos. Também destacou que “não podemos voltar a uma política fracassada que limita a possibilidade de viagem de cubano-americanos para prestar apoio a família e amigos. Não podemos bloquear empresas americanas que



“Trump afirmou que o presidente Obama deveria ter negociado com o governo cubano para que abandonasse tais demandas, em troca de uma relação melhor”

poderiam contribuir para que a livre iniciativa fincasse raízes em solo cubano, nem impedir grupos religiosos e acadêmicos e ativistas americanos de estabelecer contatos e alianças no território”.

Comprometeu-se que, como presidente, trabalharia com o Congresso para dar fim ao embargo, mas, como fez o presidente Obama, afirmou que empregaria sua autoridade para impulsionar mudanças regulatórias a fim de fomentar os deslocamentos e os negócios entre os Estados Unidos e Cuba.

Consciente da importância permanente do voto cubano-americano na Flórida, obteve o apoio de representantes importantes da comunidade, como o secretário de Comércio (durante o mandato de George W. Bush) Carlos Gutiérrez, para defender sua candidatura contra Donald Trump.

A reação inicial de Donald Trump à mudança de política do presidente Obama pareceu, em geral, ser positiva, embora tenha sugerido que teria obtido mais concessões da parte do governo cubano. Em setembro de 2015, quando questionado, em uma entrevista, sobre a nova abertura em relação a Cuba, respondeu o seguinte: “O conceito de nos abirmos em relação a Cuba – 50 anos é suficiente – é bom. Acredito que devíamos ter feito um acordo melhor”.

No mês seguinte, em um programa de rádio, criticou a administração Obama por exigir poucas concessões ao governo cubano, o que, em sua opinião, o estimulava a exigir “reparações” aos EUA (provavelmente referia-se a demandas de Cuba por indenizações contra os Estados Unidos, como mencionado anteriormente), mas em seguida manteve seu apoio à abordagem do entendimento:

“Mas o conceito – em vigor durante 50 anos ou o que for, e acredito que o conceito de que se encontre algum tipo de normalização não é ruim. No geral, será bom”.

Durante o debate para as eleições primárias do Partido Republicano em Miami (Flórida) em março de 2016, quando Trump foi questionado sobre suas opiniões a respeito da nova política, pareceu apresentar o mesmo argumento. Mais uma vez, referiu-se às reivindicações cubanas a respeito de “indenizações”, afirmando que o presidente Obama deveria ter negociado com o governo cubano para que abandonasse tais demandas, em troca de uma relação melhor. Concretamente, declarou: “Concordo em que se deve fazer algo, que alguma coisa deve acontecer. Passou tempo suficiente depois de 50 anos. Mas devemos fazer um bom acordo e devemos nos eximir de todos esses litígios que vão acontecer”.

“Trump proclamou que, como na presidência, revogaria as ordens executivas do presidente Obama em relação a Cuba”

Após vencer a indicação à candidatura presidencial pelo Partido Republicano, esperava-se que Trump faria, no geral, um movimento em direção ao centro, a fim de ampliar sua base de apoio, atraindo eleitores independentes. No entanto, isso não aconteceu. Pelo contrário, ele seguiu uma estratégia destinada a reforçar e dinamizar o apoio dos eleitores republicanos e conservadores. Essa poderia ser a explicação para o fato de que, em setembro, mudou seu ponto de vista. Em um evento público em Miami, proclamou que, como na presidência, revogaria as ordens executivas do presidente Obama em relação ao país, até que Cuba atendesse às “exigências” de sua administração em relação a reformas políticas e religiosas.

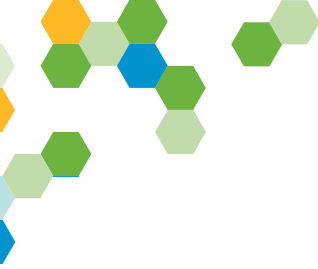
Seu vice-presidente, Mike Pence, em resposta ao pacote de mudanças regulatórias promovidas pelo presidente Obama em 14 de outubro e à nova Diretiva Política Presidencial, escreveu no Twitter que Donald Trump “revogará as ações do presidente Obama a respeito de Cuba e manterá o embargo até ver se ocorrem mudanças políticas reais e até que exista liberdade naquele país”.

Isso não quer dizer que Donald Trump não veja valor – de um ponto de vista puramente comercial – de fazer negócios com Cuba. Artigos recentes publicados nos Estados Unidos

sugerem que sua organização empresarial ou suas filiais têm explorado a possibilidade de fazer negócios na ilha. Em julho, o semanário Bloomberg Business Week sugeriu que vários diretores da organização de Trump ou com fortes vínculos com a mesma viajaram a Cuba entre 2011 e 2013 para buscar oportunidades potenciais de negócios no setor de golfe. Em setembro, a revista Newsweek acusou a organização de Trump de, possivelmente, ter violado o embargo em 1998, ao contratar um consultor ao qual teria pago US\$ 70.000 para viajar à ilha e explorar as oportunidades de negócios nas áreas de hotelaria e jogo.

Obviamente, seja quem for o vencedor das eleições presidenciais, a política dos Estados Unidos em relação a Cuba – de fato, em relação a qualquer país – será proativa e reativa. Quanto maior a demonstração de interesse de Cuba em buscar entendimento com os Estados Unidos para estabelecer uma relação econômica benéfica para ambas as partes e uma cooperação em escala regional e global, maior será a probabilidade de um presidente norte-americano querer dedicar tempo e capital político a enfraquecer ainda mais o embargo.

A vitória de Hillary Clinton seria uma importante garantia de que, na ausência de atos de provocação da parte do governo cubano, os Estados Unidos



“A relação histórica única entre os Estados Unidos e Cuba afeta o restante da América Latina e a Espanha”

continuariam impulsionando o entendimento. Se tal vitória for acompanhada da criação de maiorias do Partido Democrata tanto no Senado como na Câmara de Representantes, é muito provável que o embargo seja revogado durante o próximo Congresso. Ainda que os republicanos conservem a maioria na Câmara de Representantes, o grupo de pressão dos agricultores e das organizações empresariais que querem acesso ao mercado cubano exercerá fortes pressões sobre os líderes do partido para extinguir todo o embargo ou partes do mesmo.

A vitória de Donald Trump provavelmente viria acompanhada da manutenção do controle de ambas as câmaras do Congresso por parte do Partido Republicano, o que tornaria altamente improvável a extinção do embargo, especialmente se Trump pretender utilizar o efeito multiplicador máximo para forçar Cuba a realizar reformas políticas e em matéria de direitos civis, tal como afirma. Nesse cenário, não há dúvida de que Trump como presidente revo-

caria muitas – senão todas – as ações executivas do presidente Obama em relação a Cuba. Atualmente, não está claro se isso afetaria as ações executivas de 2009, que aumentaram a possibilidade de cubano-americanos visitar familiares em Cuba com frequência maior que uma vez a cada três anos (como ocorria durante a gestão Bush) e enviar quantias maiores de dinheiro a parentes, ou as de 2011, que autorizaram a retomada de viagens interpessoais, mas não há dúvida de que as relações entre os EUA e Cuba seriam gravemente afetadas sob um mandato presidencial de Trump, se ele cumprir o que prometeu em campanha.

Em qualquer caso, em função do interesse global despertado pela mudança de política do presidente Obama e da relação histórica única entre os Estados Unidos e Cuba, que, por sua vez, afeta o restante da América Latina e a Espanha, a abordagem do novo presidente dos EUA em relação a Cuba será um tema muito esperado, a ser analisado minuciosamente.

Autores



Gustavo Arnavat é diretor geral da Almedares Global Advisers e assessor sênior do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS). Gustavo foi diretor executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Também foi diretor executivo da CII pelo Estados Unidos e do Fundo Multilateral de investimentos (FUMIN). Gustavo foi

membro da equipe da Oficina de Assuntos Internacionais do Departamento do Tesouro dos EUA e colaborou com a equipe do Projeto de Transição Obama-Biden. Também desempenhou por décadas a função de procurador geral e banqueiro de investimentos em Nova York, Gustavo começou sua carreira como membro da Administração presidencial em várias agências do governo americano, incluindo a Casa Branca (Conselho Nacional de Segurança), o Departamento de Estado e o Departamento de Justiça.

garnavat@almedaresglobal.com



Alejandro Romero é diretor geral da LLORENTE & CUENCA EUA. Desde 1997 na América Latina, tem liderado a expansão da firma na Região e o início das operações no Peru, Argentina, Colômbia, Panamá e Equador. É especialista em Comunicação Financeira, Comunicação de Crise, Marketing e Comunicação Corporativa, Alejandro Romero. Alejandro liderou três das 10 operações corporativas mais relevantes

da Região, participando na estratégia de comunicação da venda das operações de Bellsouth ao Grupo Telefónica, da aquisição por parte de SABMiller do Grupo Empresarial Bavaria na Colômbia, Peru, Equador e Panamá, e na venda do Grupo Financeiro Uno a Citibank, transações de valor superior a 14,9 bilhões de dólares.

aromero@llorenteycuenca.com

S/A LLORENTE & CUENCA

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio fundador e presidente
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e diretor geral corporativo de
Talento, Organização e Inovação
acorujo@llorenteycuenca.com

Tomás Matesanz
Diretor geral corporativo
tmatesanz@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e diretor geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e diretor geral
gpanadero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO DE TALENTO

Daniel Moreno
Diretor de Talento
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Gerente de Talento
para Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Eva Pérez
Gerente de Talento
para América do Norte, América
Central e Caribe
eperez@llorenteycuenca.com

Karina Sanches
Gerente de Talento para
Cone Sul
ksanches@llorenteycuenca.com

ESPAÑA E PORTUGAL

Barcelona

María Cura
Sócio e diretora geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e vice-presidente
Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e diretor sénior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Latam Desk
Claudio Vallejo
Diretor sénior
cvallejo@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Ana Folgueira
Diretora geral de Impossible Tellers
ana@impossibletellers.com

Impossible Tellers
Diego de León, 22, 3º izq
28006 Madrid
Tel. +34 91 438 42 95

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00



Sergio Cortés
Sócio. Fundador e presidente
scortes@cink.es

Calle Girona, 52 Bajos
08009 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

EUA

Miami

Erich de la Fuente
Sócio e diretor geral
edela Fuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

Nova Iorque

Latam Desk
Lorena Pino
Consultora sénior
lpino@llorenteycuenca.com

Abernathy MacGregor
277 Park Avenue, 39th Floor
New York, NY 10172
Tel. +1 212 371 5999 (ext. 374)

Washington, DC

Ana Gamonal
Diretora
agamonal@llorenteycuenca.com

10705 Rosehaven Street
Fairfax, VA 22030
Washington, DC
Tel. +1 703 505 4211

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Cidade do México

Juan Rivera
Sócio e diretor geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, Cidade do México
Tel. +52 55 5257 1084

Havana

Pau Solanilla
Diretor geral para Cuba
psolanilla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Panamá

Javier Rosado
Sócio e diretor geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Av. Samuel Lewis
Edifício Omega - piso 6
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B - of. 501
Tel. +57 1 7438000

LIMA

Luis Miguel Peña
Sócio e diretor sénior
lmpena@llorenteycuenca.com

Humberto Zogbi
Presidente
hzogbi@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Alejandra Rivas
Diretora geral
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero - Edifício World Trade
Center - Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e gerente geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e diretor geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Daniel Valli
Diretor sénior de Desenvolvimento
de Negócios Cone Sul
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor executivo
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801
RJ - 20011-000
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Marco Antonio Sabino
Sócio e presidente Brasil
masabino@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Diretor geral
jgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390



**d+i desenvolvendo
ideias**
LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe **Desenvolvendo Ideias**.

www.desenvolvendo-ideias.com
www.revista-uno.com